



SUMÁRIO EXECUTIVO

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO DISTRITO FEDERAL - PESQUISA QUALITATIVA



Introdução

Este sumário executivo traz os principais resultados da etapa qualitativa da pesquisa “População em situação de rua do Distrito Federal”, desenvolvida pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa e Estatísticas do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA Brasil.

A análise qualitativa considera as trajetórias pessoais dessa população quanto ao uso da rua como meio de moradia, sociabilidades e subsistência. Todas as informações foram obtidas diretamente com pessoas adultas em situação de rua a partir do encontro com estas em calçadas, barracas improvisadas, praças, acampamentos temporários e permanentes nas vias públicas.

A pesquisa percorreu quatro Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal: Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia e Águas Claras. A investigação parte de uma tentativa de compreensão mais aprofundada das relações sociais entre as pessoas e as instituições que as acolhem, também pensando como essas configuram, modificam e são constituídas pelas suas relações estabelecidas nesses espaços públicos.

Como metodologia, a pesquisa aplicou um questionário semiestruturado, dando prevalência à sensibilidade metodológica da observação participante, através da qual, levando em consideração a heterogeneidade da população de rua, foi possível compreender e dialogar com as diferentes realidades presentes no cotidiano das ruas.

Para mais detalhes sobre o estudo, acesse o relatório qualitativo na íntegra no site do IPEDF Codeplan (www.ipe.df.gov.br).

Metodologia

- A pesquisa de campo se fundamentou etnograficamente por seu conjunto de etapas, acompanhamentos, conversas, observação participante, anotações em diários de campo e entrevistas semiestruturadas;
- Notabilizada pela rotina de coleta de dados in loco, acompanhamento e convívio

com nativos e/ou interlocutores da pesquisa, a etnografia buscou pensar realidades particulares em diálogo com teorias mais gerais;

- A pesquisa acompanhou semanalmente, através da perspectiva etnográfica, os percursos das pessoas adultas em situação de rua no Distrito Federal, a fim de compreender a conexão existente entre as pessoas e as regiões dentro da discussão sobre urbanidade (PATRIOTA DE MOURA, 2013);
- Para as escolhas dos principais pontos de coleta de dados, foi feita uma primeira sondagem durante as duas primeiras semanas de dezembro de 2021, com apresentação da pesquisa para as primeiras pessoas encontradas, elaboração e planejamento da aplicação das entrevistas semiestruturadas;
- Firmada essas estratégias para a observação participante, o andamento das primeiras entrevistas se deu a partir do dia 20 de dezembro de 2021, tendo suas últimas incursões ocorridas em fevereiro de 2022.
- A pesquisa abordou 59 interlocutores durante o período de campo, dos quais 34 participaram das entrevistas semiestruturadas.

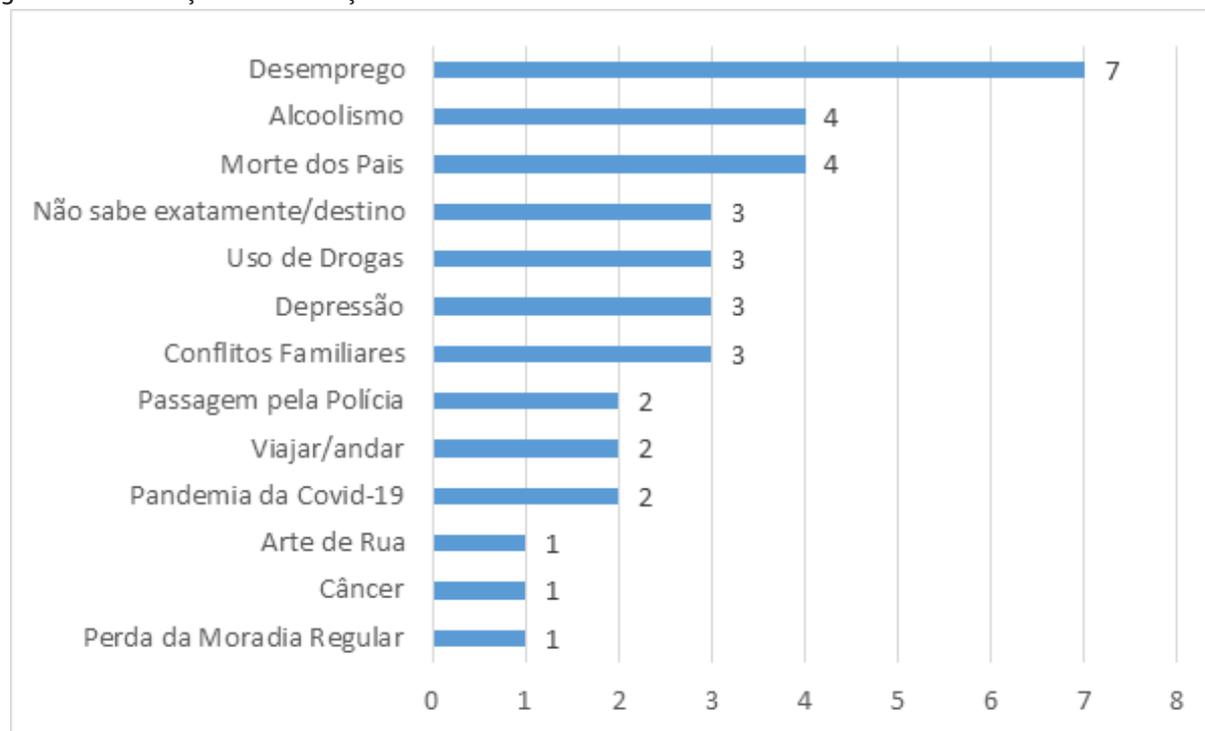
Principais resultados

Origens e causas da situação de rua

Na busca por identificar as principais causas que motivaram as atuais condições sociais das pessoas entrevistadas, o pressuposto da investigação era o da heterogeneidade dos casos a serem encontrados. Não apenas essa característica ficou evidente durante a pesquisa, mas também o fato de as trajetórias estarem envolvidas em pelo menos dois tipos distintos de percursos.

O primeiro diz respeito aos casos mais acidentais, tais como depressão, perda da moradia fixa, a pandemia da covid-19, desemprego, entre outros (figura 1). O segundo se relaciona aos diferentes anseios pessoais, seja por mudar de cidade, conseguir um emprego, viajar, obter renda ou até mesmo se manter na trajetória de rua. Em todos os casos, a dinâmica da vivência nas ruas atravessa suas vidas em muitos sentidos, onde tempo e espaço atuam nas sociabilidades existentes e podem modificar os percursos.

Figura 1 - Motivações da situação de rua



Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa (2022).

Dinâmicas familiares, rupturas e continuidades

Parte significativa das pessoas entrevistadas possuía algum tipo de contato com familiares. Se, por um lado, existem casos de rupturas - por longos períodos ou de forma definitiva -, por outro, existem diversos tipos de manutenção de vínculos parentais, seja por telefonemas, mensagens, redes sociais, encontro nas ruas ou visitas à casa de parentes e amigos. Esse conjunto diverso de conexões é análogo as diferentes trajetórias narradas.

Muitos desses distanciamentos ou movimentos pendulares são consequências de conflitos familiares, frutos de intensas discussões por conta de uso de drogas, álcool e outros fatores. Em vários casos, a relação conflituosa é amenizada com a ida para a rua. Diversos interlocutores afirmam, em diferentes momentos da pesquisa, que suas ações seriam uma "válvula de escape" para se sentirem "em paz" diante de alguns conflitos familiares (CORDEIRO, 2018:42). Assim, o distanciamento - sobretudo do espaço da casa - e não o rompimento das relações familiares seriam os meios de amenizar conflitos.

Trabalhar, manguear e pedir

O mangueiro é uma categoria de rua corriqueiramente compartilhada entre os diferentes grupos, onde a performance pessoal busca sensibilizar um potencial doador a realizar uma doação. Pedir a alguém é ter habilidade para sensibilizar o outro a ofertar alguma coisa, notadamente dentro de uma dimensão de esforços. Nesse cenário, as pessoas podiam repetir constantemente as mesmas frases e gestos para diferentes pessoas até que, aleatoriamente, pudessem receber alguma coisa. Essa prática fazia parte da adaptação das pessoas às ruas, visto que, em um momento ou outro, esse tipo de atividade se impõe às necessidades relacionadas à alimentação, principalmente.

Embora esses esforços no mangueiro sejam do conhecimento de todas as pessoas entrevistadas, muitas delas separam o trabalhar do pedir. Um interlocutor ponderou que todas as dimensões dos trabalhos nas ruas não deixavam de estarem sujeitos também à noção de pedir, visto que, segundo ele, “na rua se pede para cuidar dos carros estacionados, se pede para comprar alguma coisa, se pede comida. Então, tudo é pedir”. Apesar disso, é importante destacar que há uma relação moral com a doação, especialmente a que é feita em dinheiro. Várias pessoas entrevistadas relataram que, ao invés de receberem o dinheiro que pediram para a compra de alimentos, foram levadas até restaurantes e lanchonetes, ficando o doador incumbido da compra.

É importante destacar que a alimentação é algo intrigante nas ruas: se, por um lado, a fome não aparece como uma questão central por parte das pessoas, por outro lado, não deixam de narrar a preocupação com a insegurança alimentar e a má alimentação (relacionada com a alimentação fora de horário e a qualidade do alimento obtido), apesar de várias relatarem poder contar com doações de restaurantes, lanchonetes e bares que lhes oferecem algum tipo de refeição. Além de doações por voluntários que distribuem refeições nas ruas, os restaurantes comunitários e os Centros Pop eram alternativas para a obtenção de alimentos.

A relação com os serviços especializados

A pesquisa buscou compreender a relação das pessoas com as instituições de atendimento especializado, sejam filantrópicas ou estatais, a fim de entender como

as pessoas em situação de rua avaliavam, positiva ou negativamente, os diferentes atendimentos que receberam.

Na relação entre pessoas em situação de rua e instituições, foi possível perceber que a interação e relação pessoal com os profissionais das instituições foram fundamentais para a classificação de suas percepções sobre o que seria positivo e negativo. As regras e as lógicas de convivência são fatores de peso, sejam em suas relações de atendimento pelas instituições ou na relação entre profissionais e usuários.

Se, por um lado, não é possível uma análise mais apurada para cada instituição, por outro, as falas das pessoas, quando separadas entre o atendimento que receberam em comunidades terapêuticas e demais atendimentos especializados, são passíveis de serem consideradas. As comunidades terapêuticas, usualmente chamadas de "casas de recuperação", eram corriqueiramente ponderadas em relação às regras existentes nesse tipo de atendimento.

Quanto às comunidades terapêuticas, parte significativa das pessoas apontava para um ponto positivo: boa relação com os profissionais, técnicos, psicólogos e a qualidade da alimentação. Como fatores negativos, estavam as regras abusivas, tais como trabalho forçado, horários rígidos, má relação com agentes de segurança e até mesmo a abstinência de cigarros e drogas. Essa última crítica diz respeito à principal função das instituições dessa natureza: buscar erradicar o consumo de substâncias químicas lícitas ou ilícitas. As pessoas que frisavam esse último ponto também alegavam a falta de flexibilização ou terapia que contemplasse a retirada do uso de substâncias de maneira gradativa e de forma menos abrupta.

Os atendimentos nos Centros Pop de Taguatinga e do Plano Piloto foram avaliados de forma muito semelhante, tendo como marcadores de avaliações positivas a "boa relação" e "bom atendimento" dos profissionais da instituição, com elogios à forma educada com que foram tratados - de modo semelhante ao atendimento que receberam nas ruas pelo Serviço de Abordagem Social (SEAS). Como pontos negativos, aparecem "atendimento profissional", que poderiam melhorar; e conflitos com outros usuários que frequentam as instituições relacionados a pequenos furtos e demais desentendimentos.

Considerações finais

A partir de diferentes trajetórias de pessoas em situação de rua, foi possível perceber um conjunto de motivações, lógicas de circulação e formas de ocupação dos espaços urbanos. Espera-se que as informações reduzidas dessas etnografias contribuam com a temática sobre a habitação da rua e ao aperfeiçoamento das políticas públicas de atendimento especializado a essas pessoas, famílias e grupos sociais. Com as entrevistas, foi possível identificar algumas regularidades presentes em campo.

A primeira delas diz respeito às trajetórias das pessoas. Estar na rua não significa apenas estar em franca posição de apresentação e apelo ao meio societário, como no ato de “manguear” atenção, dinheiro ou comida.

Outra questão é o fato de a relação entre casa e família se mostrar ambígua. Por um lado, há ausência da casa quando se olha para algumas trajetórias específicas nas ruas. Por outro, há pessoas que circulam por casas de amigos e familiares, além de existirem movimentos de famílias que acampam em barracas improvisadas e que, por vezes, realizam deslocamentos itinerantes e sazonais pelo território urbano.

A maioria das pessoas em situação de rua investe em algum tipo de projeto ou desejo de saída da rua. Por isso, é preciso que haja planejamento por parte das instituições especializadas a fim de que essas perspectivas sejam assistidas caso a caso pelo Estado, como corpo assistencial. Há inúmeros relatos sobre anseios por uma vida com mais qualidade de trabalho, alimentação e moradia. As pessoas conjecturam possibilidades para a melhoria de suas vidas, mas sabem que dependerão de meios materiais para que essa realidade seja alcançada.

Assim, é esperado que as políticas de amparo assistencial se convertam em ações e tecnologias de planificação, incentivo à adesão e difusão de práticas institucionais de governo entre agentes não-públicos que podem ser parceiros das ações, como congregações filantrópicas, organizações de bairro, ONGs, entre outras.

A depender da conjuntura social, política e econômica do país, essas complexidades se aprofundarão, exigindo que as demandas por políticas públicas se aperfeiçoem, ampliem e criem mecanismos capazes de contemplar esse conjunto dinâmico e inconstante da habitação da rua enquanto fenômeno social. As políticas e seus operadores também devem ser maleáveis às correntes de eventos que distribuem seus efeitos demográficos de forma estruturante: as crises

agudas e sazonais do emprego e das habitações, as crises sanitárias, os estouros migratórios repentinos em decorrência de catástrofes ambientais e climáticas devem ser levados em consideração na inauguração ou reavaliação de dispositivos de governo.

Referências bibliográficas

- CORDEIRO, Alex S. L. 2015. 2018. Fazer família e cidade na habitação da rua: Brasília em suas múltiplas habitabilidades. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, da Universidade de Brasília (UnB).
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. O urbano e suas múltiplas dimensões. In: PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (Org.). Anuário Antropológico 2012, Brasília, UnB, 2013, v. 38, n.2, pp. 0915.

Equipe responsável

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS/IPEDF

- Daienne Amaral Machado - Diretora

Coordenação de Estudos e Pesquisas Qualitativos de Políticas Sociais – COPQL/DIPOS/IPEDF

- Tatiana Lemos Sandim – Coordenadora (até julho de 2022)
- Marcela Machado – Coordenadora

Fundo das Nações Unidas para a População – UNFPA Brasil

- Vinicius do Prado Monteiro – Oficial de programa (até julho de 2022)
- Pedro Cisalpino Pinheiro – Oficial de programa

Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedes

- André Luiz Trigueiro Santoro - Gerente do Serviço Especializado de Abordagem Social
- Adriana Pinheiro Carvalho - Especialista em Assistência Social - Psicóloga

Elaboração do estudo

- Alex Cordeiro - Consultor

Revisão e copidesque

Matheus de Figueiredo Viana

Diagramação

Mauro Moncaio